

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A educação feminina para Christine de Pizan e Charlotte Perkins
Gilman**

Anna Beatriz Esser dos Santos

Relatório final de estágio pós-doutoral
realizado sob supervisão de Alessandra
Frota Martinez de Schueler

2020

1. Apresentação

No estágio doutoral a que se refere este relatório, desenvolvemos um estudo sobre as noções de educação feminina para Christine de Pizan e Charlotte Gilman, em especial, como ambas criaram utopias de espaço totalmente feminino, onde para uma, a educação é requisito para virtude e para entrada em uma cidade de mulheres, e para outra, a educação é central para o desenvolvimento de uma sociedade feminina. Estudamos dois momentos distintos da história, no qual duas autoras produziram suas obras pensando em espaços de relações entre mulheres e suas noções de educação feminina.

Utilizamos *A Cidade das Damas*¹ de Christine de Pizan, uma obra que descreve um espaço exclusivamente feminino, onde eram alçadas mulheres ideais para servirem de modelo para as outras. Nesta obra, Christine fez reivindicações em nome das mulheres, afirmando que a diferença e desigualdade entre elas e os homens era relativa ao espaço e à educação que cada um recebia.

Também utilizamos *Herland*² de Charlotte Gilman, uma obra que descreve uma comunidade gerida por mulheres com aspectos que superam profundamente a sociedade governada por homens que impossibilitam a participação feminina no plano político. Esta obra tem sido considerada de importância significativa na escrita de Gilman, despertando a crítica para o fato de as diferenças entre homens e mulheres e os estereótipos associados a cada um desses elementos estarem de tal forma enraizados nas mentes das pessoas que as mesmas os consideram dados integrantes da sua vida social. Nesta utopia exaltam-se as capacidades das mulheres que são, normalmente, visionadas como seres sensíveis e dependentes. Estes aspectos são questionados nesta obra, pois as mulheres são descritas como seres autonomamente capazes de realizarem tarefas que, segundo os ideais patriarcais, só seriam passíveis de serem desempenhadas por membros do sexo masculino.

Como método, utilizamos principalmente a análise de discurso pois entender a língua em seu processo de significação, como trabalho simbólico inserido no contexto social. Esse estudo entendeu a linguagem como mediadora entre o homem e a realidade, natural e social. Tem por pressuposto básico que a linguagem é opaca, ou seja, não é

¹ Christine de Pizan foi traduzida para diversas línguas. Para este trabalho utilizamos as versões em francês de *A Cidade das Damas*. In: PIZAN, Christine. *La cité des dames*. Trad. Thérèse Moreau et Eric Hicks. Paris: Stock, 1986.

² GILMAN, Charlotte Perkins. *Herland* – A terra das Mulheres. São Paulo: Via leitura, 2018.

possível ver através dela. A pergunta que a Análise do Discurso pretende responder é: como o texto significa?³

Para a Análise do Discurso, a língua, embora tenha sua própria ordem, é apenas relativamente autônoma. Os fatos não são dados, e sim significados. O sujeito de linguagem, aquele que fala, é afetado por seu contexto histórico, isto é, não tem controle sobre o modo pelo qual este o afeta. Por isso, podemos entender discurso também como “efeito de sentido entre os locutores”⁴.

A comparação em nosso trabalho também se faz presente, pois ela convida os pesquisadores a colocarem em múltiplas perspectivas as sociedades e os seus contrastes. Ao compararmos várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e de novas reflexões. Por isso, preferimos nos basear nos pressupostos da História Comparada estabelecidos por Jurgen Kocka⁵, de que comparar em história significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente a respeito de suas similaridades e diferenças de modo a se alcançar determinados objetivos intelectuais. Segundo o autor, a abordagem comparativa pressupõe que as unidades de comparação podem ser separadas uma das outras.

Não é a continuidade entre dois fenômenos nem suas influências mútuas que constituem os casos de comparação. Na verdade, eles são vistos como casos independentes, que são reunidos analiticamente através de perguntas sobre as similaridades e as diferenças entre eles. Mas, isto não significa ignorar ou negligenciar as interrelações entre estes casos (se e na extensão que estas existam). Ao invés disto, tais inter-relações devem se tornar parte do esquema comparativo através de sua análise como fatores que levaram às similaridades ou às diferenças, à convergência ou à divergência entre os casos que se compara. Em outras palavras, a comparação quebra continuidades, corta emaranhamentos, e interrompe o fluxo da narração. O processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia diferente ou semelhante, posto pelo *habitus* e reproduzido pelo senso comum⁶.

Desta forma, por meio da comparação, é possível identificar questões e problemas que poderiam ser negligenciados em outra forma de abordagem. Levantamos as seguintes

³ ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso*. São Paulo: Pontes, 2005. p.17.

⁴ *Idem*. p.21.

⁵ KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, n. 42. 2003. p. 39-44.

⁶ *Idem*, p. 39-44.

problemáticas para a pesquisa: Quais as principais diferenças que separam o período e o local em que produziram as duas autoras?; Os contextos de ambas as autoras explicam as reflexões que desenvolvem sobre educação feminina?; Existe, em ambos os textos, a indicação de uma autonomia feminina através da educação?; Quais as perspectivas de educação feminina apresentadas por ambas as autoras?

Como objetivos deste trabalho tivemos: analisar construções sobre a figura da mulher na passagem do século XIV para o XV e do XIX para o XX; comparar ideias sobre educação feminina para Christine de Pizan e Charlotte Gilman; e inserir a noção de educação feminina das autoras às teorias educacionais vigentes.

Ao longo do ano de 2019, objetivamos nos ater a bibliografias que pudessem nos ajudar a ter uma visão específica das obras de Christine de Pizan e Charlotte Perkins Gilman, além de nos aprofundar em suas relações com a noção de educação feminina. Nos aprofundamos na história das práticas de leitura, e noções de autoria que inicialmente analisamos através da Roger Chartier em *A História Cultural: entre Práticas e Representações*⁷, tem por objetivo identificar para cada época e para cada meio as modalidades partilhadas de ler – as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais – e que coloca no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e construído uma significação.

Quando falamos de autoria neste trabalho, foi necessário refletir: Existiria em Christine de Pizan traços de uma autoria individualizada assim como em Charlotte Gilman?

A noção de autoria vem sendo associada, ainda na Antiguidade clássica, com a ideia de auctoritas (autoridade), a partir da reatualização dos efeitos verossímeis dos discursos, empreendida, principalmente, por Aristóteles⁸. Segundo os princípios da Retórica, os autores possuem autoridade devido a sua virtude, fornecendo exemplos que devem ser seguidos pela imitação, para ter uma fundamentação no discurso narrativo⁹.

Na Idade Média, verificamos que a noção de autoria se relaciona à ideia de autoridade (*auctoritas*) em relação à concepção de um autor (*auctor*) propriamente dito. Por isso, a “originalidade” ou “autoria”, tal como a entendemos hoje, se encontraria em segundo plano no conjunto da produção escrita medieval. Entretanto, o conceito -

⁷CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1993.

⁸CASTRO, Manuel A. de. O acontecer poético: a história literária. Rio de Janeiro: Antares, 1982. p. 23.

⁹*Ibid.* p. 24.

inexistente naquele momento -, bem como sua intenção, não eram, naturalmente, objeto da preocupação daqueles homens ou de seus contemporâneos, e uma das mais importantes evidências desse fato é dada pelas teorizações em torno das “compilações” – esforço de coleta de informações e ideias correntes na época ou em várias épocas sobre um ou vários temas, tendo uma finalidade aproximada da enciclopédia –, ressaltando-se o esforço de erudição e a capacidade interpretativa demandados por parte do *auctor*.

Os medievais sempre recorreram às *auctoritates* em suas próprias composições literárias, com a intenção de marcar a sua legitimidade autoral. Primeiro recurso do método escolástico, as autoridades são frases, citações, passagens extraídas das Sagradas Escrituras, da Patrística ou dos autores e filósofos clássicos, destinadas a enfatizar a própria argumentação. O propósito é não deixar qualquer dúvida sobre a veracidade dos textos. Os textos inquestionáveis são os escriturários; os mais confiáveis, na hierarquia, são os autorizados, que, apesar de não estarem na Bíblia, propiciam crédito aos autores¹⁰.

A referência às *auctoritas* é parte integrante da estratégia narrativa de Christine de Pizan e traz à tona todo um processo que concorre para garantir a veracidade de sua obra. É necessário estar atento aos livros, às autoridades, e aos relatos dos antigos, exatamente da forma como Christine desenvolve sua obra. Esta tática retórica permite contar as histórias com o seu próprio *status* de criador de uma narrativa. Ainda inexistente, na Idade Média, a noção de autoria, como nós a conhecemos.

A questão da autoria derivaria sua validação não da sua originalidade, mas da sua afiliação com uma longa linha de autores que viria do passado. Segundo Jennifer Summit, a autoria possuía uma variedade de significados na Idade Média dentro de diferentes contextos institucionais e culturais. Em ambientes escolásticos, os gramáticos medievais empregavam o termo *auctor* como um marcador de autoridade doutrinal, significando um antigo teólogo ou escritor clássico aprovado que merecia deferência e obediência. O status do *auctor* emergiu dentro de um sistema que relacionava *auctoritas*, autoridade, à tradição, definida como uma corrente de influência contínua pela sua raiz *tradere*, transmitir¹¹.

Roger Chartier pensa esta relação de autoria à partir da perspectiva denominada de função-autor, resgatando as considerações de Foucault sobre a questão. Segue de perto

¹⁰ SUMMIT, Jennifer. “Women and Authorship”. In: DINSHAW, C.; WALLACE, D. (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval Women’s Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 91.

¹¹ *Ibid.* p. 91-92.

dois princípios anunciados pelo filósofo: a *função autor* não é nem universal, nem atemporal; e, em função disso, é necessário localizar historicamente as variações das condições de exercício da autoria ao longo do tempo, e de uma cultura a outra, por meio da análise de indícios materiais desse exercício, presentes no modo como os textos, canônicos ou ordinários, são produzidos; no modo como circulam e são selecionados, estetizados, valorados diferentemente, nas modalidades de sua apropriação; no modo, enfim, como a alguns é outorgado o direito e a necessidade de contarem com um nome de autor, enquanto outros são dele destituído. Igualmente, o surgimento da função autor implica a seleção dos textos que compõe as obras, além do estabelecimento das suas chaves de leitura¹².

Embora se ligue a “função autor” ao surgimento do livro impresso, para Chartier isso não se verifica. Em primeiro lugar, porque o manuscrito convive com a publicação impressa, mas, mais fundamental ainda é a mutação do objeto livro, enquanto tal. Afirma que do século VIII até o século XIV ele é predominantemente caracterizado por miscelâneas. Isto é, em um mesmo códice estavam presentes textos de *autores*, datas, origens, naturezas e gêneros variados. Sua organização em uma unidade não se baseava na “função autor,” mas, como sugere Chartier, na “função leitor” ou “função-copista” que reuniam estes textos.

No entanto, para Chartier, nos séculos XIV e XV começa a aparecer uma unidade entre “o ‘objeto’ (livro), uma obra (compreendida num sentido singular ora como conjunto de textos produzidos por uma mesma mão, ora como um mesmo ‘espírito’) e o nome do autor”¹³. Para Chartier, essa é a condição de possibilidade, uma espécie de base para que a função autor seja mobilizável e possa atuar como princípio de ordenação, identificação e atribuição das obras. Nesse momento começam a surgir retratos dos autores no interior dos manuscritos, que “os representam, de modo um pouco ingênuo, no ato de escrever a obra que o leitor tem nas mãos”¹⁴.

A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade, ou seja, é uma categoria que ultrapassa a própria figura do (a) escritor (a) e se configura na forma de discurso que circula em uma dada sociedade numa determinada época. Nesse sentido,

¹² CURCINO, Luzmara. Reflexões Sobre A 'Autoria' À Luz Da *História Cultural: Contribuições De Roger Chartier*. *Revista da ABRALIN*, v.15, n.2, jul./dez. 2016. p. 42. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/47882/28818>, acesso em: 18/01/2018.

¹³ *Ibid.* p. 61.

¹⁴ CHARTIER, R. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 31-32.

poderíamos considerar que as obras das autoras em estudo nesta sessão teriam sua autenticidade atestada pelos elementos textuais, estilísticos e literários que perpassariam as mesmas e lhes confeririam essa unidade de escrita debatida por Foucault e Chartier.

A função autor instaura a categoria de autor, que, por sua vez, faz existir um sujeito. A persona sem importância passa a existir como persona enunciativa, capaz de pôr em prática o discurso. Na verdade, essa persona enunciativa, inscrita no discurso tal como a obra (autoral), é ela mesma produto discursivo: sua existência se insere no universo da linguagem e deve a esta a sua razão de ser.

É neste sentido que percebemos que a autoria de Christine de Pizan é estabelecida em um momento de desenvolvimento da “função autor”, que só se tornará o autor subjetivo no século XVIII. Seu caso se torna singular justamente porque Pizan elenca exemplos e experiências para desenvolver a perspectiva feminina em suas obras. Ela desenvolve seu texto de uma *autorictas* mulher. Neste mesmo prisma, a produção de Charlotte Perkins Gilman já se enquadra na produção de uma autora-subjetiva, mas ao mesmo tempo em que ainda precisa mostrar uma *autorictas* mulher em sua perspectiva feminista. Charlotte Perkins aborda em sua obra temas atuais como a maternidade compulsória, os impactos da guerra, os estereótipos de gênero e até os males da sociedade capitalista.

Para além dessas reflexões sobre autoria, a pesquisa ganhou novos contornos com o período de pesquisa feito na Biblioteca Nacional da França em Janeiro de 2020, onde foi possível ter acesso a novos materiais que articulassem as autoras estudadas, seus contextos e suas obras.

Desta forma, *To "Herland" and Beyond* de Ann J. Lane¹⁵ e *Charlotte Perkins Gilman and a Woman's Place in America* de Jill Bergman¹⁶ permitiram verificar a noção de liberdade feminina para Charlotte Gilman. Para Gilman, a emancipação das mulheres é um passo para a emancipação humana e não um fim em si mesmo, constituindo um veículo para a liberdade de todos os seres humanos. É nesta lógica que despontam os termos de liberdade e de igualdade que, para Gilman, se inter-relacionam quando reportados à esfera humana. Gilman considera que os membros do sexo feminino devem assumir na sociedade uma posição de igualdade em relação aos homens, sendo

¹⁵ LANE, Ann J. *To "Herland" and Beyond - The Life and Work of Charlotte Perkins Gilman*. Charlottesville and London: University Press of Virginia. 1990.

¹⁶ BERGMAN, Jill. *Charlotte Perkins Gilman and a Woman's Place in America*. Alabama: University of Alabama Press, 2017.

percepcionados e tratados sobretudo como cidadãos.

Em igual sentido, em *Reading Women's Worlds from Christine de Pizan to Doris Lessing: A Guide to Six Centuries of Women Writers Imagining Rooms of Their Own* de Sharon Jansen¹⁷ percebe-se que Gilman defende a ideia de que se cada mulher tiver de se entregar ao lar e à família, não poderá desempenhar outra atividade e, assim, tornar-se economicamente independente. Por outro lado, se houver pessoas especializadas e vocacionadas para a educação das crianças, as outras mulheres ficarão mais livres para realizar outras tarefas. Este envolvimento na vida pública produzirá, igualmente, resultados para toda a comunidade e, deste modo, cada mulher poderá ser um membro ativo e integrante da sociedade.

Com o cotejamento de material na Biblioteca Nacional da França, conseguimos finalizar as reflexões e as análises das obras das autoras, estabelecendo suas relações, comparações e análises sobre gênero, articulação feminina e educação feminina.

Atividades integradas à pesquisa:

Participamos de atividades diversas, relacionadas à temática de Gênero e História das Mulheres:

1. Congressos e simpósios:

- II Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Direito – Unesa/ Niterói, 2019. Título da comunicação: Transexualidade e garantias de direitos: alteração do nome no registro civil.
- II Seminário de Pesquisa do Curso de Direito do Centro Universitário Uniabeu – UNIABEU/ Nilópolis, 2019. Título da comunicação: Reflexões sobre o acesso à justiça e à efetivação dos Direitos pelas Mulheres.
- II Seminário de Pesquisa do Curso de Direito do Centro Universitário Uniabeu – UNIABEU/ Nilópolis, 2019. Classe e gênero nas relações judiciais: a posição da mulher diante da dificuldade de acesso à justiça.
- XI Semana da filosofia - I seminário de Filosofia, Direito e educação da Baixada Fluminense – UNIG, 2019. Título da comunicação: Sexualidade, gênero e youtube.
- XI Semana da filosofia - I seminário de Filosofia, Direito e educação da Baixada Fluminense – UNIG, 2019. Título da comunicação: Mulheres e o acesso à justiça: uma

¹⁷ JANSEN, Sharon. *Reading Women's Worlds from Christine de Pizan to Doris Lessing: A Guide to Six Centuries of Women Writers Imagining Rooms of Their Own*. New York: Palmgrave Mcmillan, 2011.

análise sobre o corpo feminino e a criminalização do aborto.

- III Seminário de Direitos Humanos da Baixada Fluminense - UNIG, 2019. Título da Comunicação: Acesso à justiça no município de Nova Iguaçu em um recorte gênero, raça e classe; perspectivas iniciais.

- II Encontro Fluminense de Teoria da História e da Historiografia – PPGHIS, UFRJ, 2019. Título da Comunicação: A educação feminina a partir de Herland de Charlotte Perkins Gilman.

2. Palestra:

- II Seminário de Direitos Humanos da Baixada Fluminense – UNIG, 2019. Título da Palestra: Respeito a população LGBT.

- Conferência: História da Política Brasileira e Mulheres na Política. Semana da Filosofia. 2019. Promotor: Universidade Iguaçu – UNIG.

3. Reuniões no Laboratório / Grupo de Pesquisa:

- **Gênero e acesso à justiça/ UNIG:** Grupo de pesquisa em Iniciação Científica que pretende analisar as construções de gênero nos documentos jurídicos no município de Nova Iguaçu e como essas incidem sobre a prática no acesso à justiça. Intencionamos verificar como as construções discursivas sobre esses sujeitos os enquadrarão e em quais estereótipos de gênero estarão inseridos.

- **Grupo de pesquisa História Social da Educação/ UFF:** Grupo de Pesquisa coordenado pelas Profs. Doutoradas Cláudia Alves Alessandra Frota Martinez de Schueler que visa debater trabalhos de pesquisadores em História da Educação.

4. Participação nos cursos de graduação:

Nos semestres de 2019/1 e 2019/2 estivemos na função de professora da Universidade Iguaçu (UNIG) nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa, História do Direito, Avaliação Institucional e Fundamentos da Educação.